

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário
da Mesa

REQUERIMENTO **Número** **/XI**
(.ª)

PERGUNTA **Número** **/XI**
(.ª)

Assunto: Dívida do BPN assumida pelo Estado

Destinatário: Ministério das Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou conhecimento, através de referências públicas, do montante total a pagar pelo Estado ao BPN por conta do processo de privatização do banco.

Segundo as informações disponibilizadas, o Estado irá assumir dívidas do BPN à Caixa Geral de Depósitos no valor de 4.9 mil milhões de euros: cerca de 3,1 mil milhões incluídos nos três veículos “tóxicos” assumidos pelo Tesouro – Parvalorem, Parparticipadas e Parlups – ao qual se adicionam créditos no valor de 795 milhões e 1000 milhões de euros referentes a emissões de papel comercial. As restantes dívidas assumidas pelo BPN em relação à Caixa – no valor de 400 milhões em bilhetes do tesouro – serão assumidas pelo BIC, segundo o previsto no processo de privatização do banco.

A informação agora divulgada contradiz aquela disponibilizada pelo Governo em resposta a uma questão do grupo Parlamentar do Bloco de esquerda no dia 1 de Agosto. Na resposta obtida, que data de 1 de Setembro, o Gabinete da Secretária de Estado apontava para uma dívida total garantida pelo Estado ao BPN e Participadas no valor de 4,5 mil milhões de euros, cerca de menos 400 milhões que o valor agora noticiado.

A referida notícia avança ainda que está previsto no acordo de re-privatização que o Estado

receba do BPN carteiras de crédito de igual valor às dívidas assumidas. Segundo as afirmações da Secretária de Estado em sede de Comissão Parlamentar, o Governo espera que estes activos sejam suficientes para cobrir os encargos assumidos pelo Estado.

Recorde-se, por último, que o BPN já custou aos contribuintes portugueses um total de 2.4 mil milhões de euros, sendo que, destes, 1,8 mil milhões foram já assumidos no défice do ano passado. Em perspectiva, os encargos do BPN equivalem a mais do dobro da sobretaxa cobrada aos contribuintes portugueses (que corresponde a metade do subsidio de natal). E não há garantias que este valor não venha a aumentar no futuro.

O Bloco de Esquerda tem vindo a condenar activamente a gestão do processo BPN, tanto pelo anterior Governo como pelo actual executivo. O processo de privatização do BPN veio agravar a situação de falta de transparência que já caracterizava o caso, o que levou o Bloco de Esquerda a dirigir um conjunto de perguntas ao Governo, ainda não respondidas. Ainda não são conhecidos, de forma pública, os detalhes desta operação, no entanto, a informação até agora disponibilizada permite concluir que esta é uma operação desenhada para beneficiar unicamente o comprador. Para além do despedimento maciço dos trabalhadores do BPN, ainda sem garantias de verem os seus direitos respeitados, o Governo aceitou assumir as dívidas do banco, sem garantias que os activos detidos em troca possam de facto compensar a situação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia e da Inovação, as seguintes perguntas:

1. Como explica o Governo a diferença entre os valores apresentados na resposta à Pergunta nº 272/XII/1ª do Bloco de Esquerda e aqueles agora tornados públicos, relativamente às dívidas do BPN ao Estado?
2. Quais os detalhes do pré-contrato assinado com BIC?
3. Qual a lista dos activos que serão transferidos para o Estado em função do processo de privatização? Qual o seu valor?

Palácio de São Bento, 15 de Setembro de 2011.

O Deputado



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pedro Filipe Soares